

Carlos Silva. “Não podemos ficar em casa indefinidamente à espera que surja uma vacina”

O secretário-geral da UGT foi uma das 167 personalidades a assinarem um manifesto pedindo uma estratégia gradual na retoma da atividade económica.

SÓNIA PERES PINTO (Texto)
sonia.pinto@ionline.pt
DIANA TINOCO (Fotografia)

Apesar do estado de emergência, o secretário-geral da UGT garante que o país não pode ficar parado e, por isso, pede que a retoma da economia não seja mais adiada. Carlos Silva fala na necessidade de apoiar as empresas, pois só assim é possível manter os postos de trabalho, e lamenta que alguns empresários estejam a aproveitar esta situação para fazerem despedimentos abusivos – daí ter pedido o reforço da atuação da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). Em relação ao 25 de Abril, diz que tem de ser comemorado, para que a data não seja passada em branco. Quanto ao 1.º de Maio, a central sindical optou por cancelar a cerimónia e vai recorrer às redes sociais. Para o responsável, não há dúvidas: a UGT não poderia ser responsável por risco de contágio. Sobre as eleições na UGT, no próximo ano, Carlos Silva diz que, para já, mantém a posição de não se recandidatar, mas admite que, face ao momento que se vive, poderá refletir e ponderar o que irá fazer.

Como vê a polémica em torno das comemorações do 25 de Abril?

Pego um pouco na frase do primeiro-ministro quando diz que anda tudo um bocadinho nervoso com a atual situação. O 25 de Abril tem um simbolismo extraordinário na vida da democracia portuguesa e, por isso, sou da opinião que devia ser comemorado no Parlamento. Temos de registar que a liberdade nos deu as maiorias e em democracia vencem as maiorias. E o certo é que a maior parte dos partidos políticos com assento parlamentar decidiu que a cerimónia devia ter lugar. Outra questão diferente é o número de pessoas a assistir na Assembleia. Julgo que as coisas têm evoluído no sentido de haver um número digno, mas um mínimo de deputados e de convidados, e, nesse sentido, não vejo inconveniente nem quero contribuir para criar qualquer polémica. Julgo até que a polémica foi um bocadinho exacerbada.

Acha que a solução encontrada de ter menos de 100 pessoas no Parlamento foi a melhor?

Julgo que é a mais desejável, ou seja, manter a cerimónia com a devida distância social, como é pedido a todos os portugueses. E independentemente de estarmos em estado de emergência, a democracia não está suspensa e a ver-

dade é que o 25 de Abril é uma data simbólica, é comemorado com uma sessão solene na casa da democracia, com um número mínimo de participantes. Assim vai ao encontro do cumprimento das autoridades de saúde e das principais instituições do Estado. Foi assim encontrado um número simbólico importante e que, ao mesmo tempo, respeita as regras de saúde e do distanciamento social. Acho que devemos seguir em frente, e quanto mais depressa as coisas acontecerem, mais depressa fica isto sanado. **Para o assunto ficar esquecido...** Não digo que fique esquecido, mas é importante que determinadas datas sejam comemoradas. Não estamos a falar de um 1.º de Maio com milhares de trabalhadores na rua. Estamos a falar de uma cerimónia que existe desde 1975, com sessões solenes todos os anos e que conta com cerca de 600 ou 700 convidados. Este ano, a título excecional, estamos a

“O 25 de Abril tem um simbolismo extraordinário na vida da democracia e deve ser comemorado”

“Como não é possível substituírem-me e como não vou, a UGT não terá nenhum representante na AR”

“A UGT cancelou a presença de milhares de pessoas que se concentrariam este ano em Vila Real”

falar de uma cerimónia com 100 pessoas ou até menos. Os partidos políticos já decidiram que vão respeitar um quinto das suas presenças. Foi o Partido Socialista o primeiro a decidir, o PSD irá seguir certamente e, mesmo com os convidados, há muita gente que não vai estar presente. Importa é que se mantenha o simbolismo, que se façam as intervenções importantes nesse dia pelo Presidente da República, pelos partidos políticos, pelo Governo. Nesse sentido, julgo que a polémica que se instalou acabou por resultar num acordo tácito entre todas as forças do país.

Tanto que, este ano, o desfile habitual na Avenida da Liberdade não vai existir...

Foi cancelado. A UGT já afirmou a todos os seus sindicatos que vai acomodar a ideia da Associação 25 de Abril com o

Grândola. Já temos no site as imagens do 25 de Abril. É normal que tenha sido cancelado o desfile, assim como a UGT cancelou o 1.º de Maio em termos presenciais. Temos de fazer a cerimónia este ano de uma forma ponderada, cautelosa, com bom senso, evitar riscos de contaminação, de contágio, de grandes aglomerações, mas as datas têm o seu significado e não podem ser esquecidas.

Estava à espera da ausência da maioria dos ex-chefes de Estado na cerimónia?

Era previsível não estarem presentes. O general Ramalho Eanes, por todo o respeito que merece, já afirmou que vai por uma questão de respeito institucional – isso revela que, se calhar, não está totalmente de acordo em estar presente. Os outros estarão ausentes por uma questão de saúde. O general Ramalho Eanes, se não me engano, já tem 85 anos, o ex-Presidente Jorge Sampaio também estará à volta dos 80 anos e o ex-Presidente Cavaco Silva terá 70 e muitos anos. Bem, quase 60 anos tenho eu. Temos um estado de emergência em que um dos primeiros objetivos é precisamente o dever de precaução, nomeadamente para as pessoas com mais de 70 anos e com problemas de saúde. Sabemos que a saúde do ex-Presidente Jorge Sampaio está um bocadinho fragilizada.

Acho que não há aqui nenhuma leitura política em qualquer decisão dos três ex-Presidentes. Eu, que sou secretário-geral da UGT, informei os serviços do Parlamento que não estarei presente. Tenho diabetes, vivo em Figueiró dos Vinhos; juntando as duas coisas, não vou. Mas tive o cuidado de pedir à minha secretária para contactar os serviços da presidência da Assembleia da República para perguntar se podia ser substituído, como já fiz no ano passado e há dois anos – estive ausente e fui substituído por um colega meu que é secretário-geral adjunto da UGT. Este ano, a Assembleia entendeu não aceitar substituições. Como não é possível substituírem-me e como não vou, a UGT não terá nenhum representante. Não tem recado nenhum político. Até lhe digo, se o Presidente da República estivesse no palanque com o presidente da Assembleia da

República, com o primeiro-ministro e com mais dois ou três ministros devidamente distanciados e mais alguns deputados, não seria chocante, até poderiam falar para um Parlamento vazio. Como aconteceu na Praça de São Pedro, com o Papa Francisco a falar numa praça vazia, o que é uma coisa histórica na Igreja.

Em relação ao 1.º de Maio, a UGT não tem nada preparado para esse dia...

Não vamos fazer, claro. A UGT decidiu cancelar a presença de milhares de pessoas que este ano se concentrariam na cidade de Vila Real, em Trás-os-Montes. Temos pena destas coisas, mas julgo que estar a insistir numa comemoração, ainda que com menos pessoas, mas presencial e na rua, não fazia sentido. As mensagens chegam às pessoas pela comunicação social e pelas redes sociais. Importante é que a informação flua e que a mensagem chegue a todo o país. Muda apenas a forma. Quando houver condições de saúde pública, as comemorações tornarão certamente a ter o brilho presencial, a festa dos milhares de pessoas que gostam de participar e querem participar. Este ano, a título excecional, entendemos que, em respeito à saúde de todos os portugueses, devíamos cancelar, e vamos passar a nossa mensagem através das redes sociais. Ao longo desta semana estivemos a receber mensagens dos secretários-gerais dos nossos sindicatos que serão transmitidas. Vai ser um momento interessante do ponto de vista virtual. Não estamos habituados a isso, mas temos de nos habituar. Para o ano, lá voltaremos e, de preferência, para Vila Real, que este ano não teve direito às nossas comemorações, desde que haja condições de segurança pública. Retomar a nossa normalidade vai levar o seu tempo, e antes que algum mal possa acontecer optámos por adiar. Não queremos ser responsáveis por em qualquer ajuntamento, em qualquer decisão que tomássemos do ponto de vista presencial, correr risco de existir qualquer contaminação, qualquer surto. Não queremos ser responsáveis por isso, até por respeito aos sindicatos da UGT que têm enfermeiros, técnicos de saúde, de diagnóstico terapêutico que estão na linha da frente do combate à pandemia. Não iríamos agora correr o risco de tomar a decisão de fazer uma festa, uma confraternização na rua, para depois serem eles os primeiros a ter de estar novamente disponíveis para enfrentar um risco de crescimento da contaminação.

[continua na página seguinte >>](#)

Carlos Silva critica a atuação da UE no que diz respeito à injeção de capital na economia. O secretário-geral da UGT lembra os 750 mil milhões que a Alemanha disponibiliza face aos 540 mil milhões de euros que a União queria injetar nos 27 Estados-membros. E vai mais longe: “Chamem-lhe plano Marshall, plano Centeno ou um plano qualquer, importa é que haja disponibilidade financeira para acudir às empresas porque, ao acudir às empresas, também acodem às famílias e aos postos de trabalho”

>> continuação da página anterior

A CGTP tomou outra decisão e justificou-a com o facto de esta data não poder ser passada em branco principalmente nesta altura, em que considera que os direitos dos trabalhadores estão a ser violados...

Não vou comentar aquilo que faz a outra central sindical. Felizmente, vivemos em democracia e em liberdade e cada um decide como entende. A UGT entendeu assumir esta posição. Não vou condenar ninguém. Entendemos que, na salvaguarda da saúde dos cidadãos, vamos comemorar o 1.º de Maio de uma forma diferente daquela como comemorámos até hoje. Não passará em branco o 1.º de Maio, não deixará de ser emitida a mensagem da UGT para todos os trabalhadores portugueses, independentemente de serem ou não sindicalizados, porque quando fazemos uma concentração com quatro ou cinco mil pessoas que se juntam todos os anos na festa da UGT, a mensagem que o secretário-geral difunde é passada por todo o país e para todo o mundo através da comunicação social. **Esta fase também exigiu mudanças nas empresas. Estava à espera de tantos pedidos de *layoff*?**

Estava. Aquando dos primeiros dias em que a pandemia foi conhecida em Portugal, no início de março, e ao dia 15, antes da primeira declaração do estado de emergência, a 18, já havia centenas de empresas a reclamar que não tinham dinheiro para pagar salários, o que é uma coisa extraordinária porque, na primeira quinzena, já havia empresas a colocar essas preocupações. Naturalmente, já era esperado que à medida que se fosse avolumando o estado de emergência, várias empresas recorressem ao *layoff* ao longo dos tempos. É evidente que, mesmo com o *layoff* simplificado, a empresa, primeiro, apresenta o pedido, e só depois é que se vai fiscalizar devido à urgência do momento. Mas para nós é importante uma questão: primeiro, as empresas que recorrem ao *layoff* têm apoios do Estado muito interessantes porque os trabalhadores recebem 66% do seu salário estando em casa. Não perdem o emprego, apesar de perderem rendimento. No entanto, têm a certeza de que estão temporariamente em casa e o Estado apoia as empresas com uma percentagem do valor que os trabalhadores vão receber. Não há dúvida de que há aqui um apoio forte do Estado português à medida que o *layoff* e o desbloqueia-

mento das verbas forem garantidos às empresas, e isso só vai verificar-se dia 26 ou 27 de abril, quando estas começam a pagar os salários, mesmo tendo recorrido a este regime. É uma solução que já existia no Código do Trabalho mas, sendo simplificada, acaba por ser mais urgente. E com este caráter de urgência já há mais de 200 mil empresas a recorrerem ao *layoff*. Mas é importante que tenhamos consciência de que a manutenção dos postos de trabalho é fundamental, mas também é fundamental que haja a retoma da economia. Já era esperado que houvesse no início um recurso muito grande a todas as medidas de apoio do Estado ao setor empresarial – medidas que têm vindo a ser discutidas com o Governo, com os parceiros sociais, pois tem havido reuniões todas as semanas por videoconferência, desde o início de março, para discutir e dar contributos, encontrar soluções para resolver o problema do estado da economia em Portugal. Só vamos perceber qual é a sua dimensão quando terminar o estado de emergência e quando as empresas retomarem gradualmente a sua atividade. **Ou não...**

Todas as empresas que recorreram ao *layoff* têm de voltar ao trabalho. Não podem despedir e têm de voltar ao trabalho, nem que seja lentamente. A minha preocupação não é com as empresas que estejam em *layoff*, o que é importante é que as linhas de produção sejam retomadas. E se voltarem de forma gradual, então têm de começar com metade da linha de produção, metade dos turnos, distanciamento social, equipamentos de proteção, etc. Todas estas questões têm de ser acauteladas. Agora, perceber que há quase dois milhões de trabalhadores

“Antes da declaração do estado de emergência já havia centenas de empresas a dizer que não tinham dinheiro para pagar salários”

“Já era esperado que várias empresas recorressem ao *layoff* ao longo dos tempos”

em *layoff* significa que aquele documento que subscrevi para a necessidade de haver uma retoma da economia tem dois ou três condões. Primeiro, quando o ministro Mário Centeno deu aquela explicação de que 30 dias úteis de economia parada custam 6,5 mil milhões de euros. É bom ter atenção a isto e ao drama que isto significa para a economia portuguesa, que estava até aqui num momento de subida. Em segundo lugar, os trabalhadores não perderam o emprego, perderam rendimentos mas é temporário. Portanto, esperemos que ao fim de dois ou três meses deste sacrifício de estarem em casa, quando retomarem, esse problema também vai desaparecer. E, em terceiro lugar, manter a viabilidade das empresas. As que recorrem ao *layoff* têm obrigações e isso já foi dito ao Governo, e dissemos também ao primeiro-ministro na semana passada que é fundamental que essas empresas – que contam com apoios do Estado – não possam despedir e tenham de continuar a trabalhar. **Há quem diga que, depois desta fase de *layoff*, a maioria das empresas irão declarar falência, mais cedo ou mais tarde...**

Vamos ter de aguardar pelo estado da economia e pela forma como vamos reagir. Uma coisa é certa: *layoff* implica apoios do Estado, estão todos os contribuintes a pagar através dos seus impostos, há descontos que não são feitos para a Segurança Social e os que forem feitos são em função dos 66%, há aqui um decréscimo. Há o pagamento dos subsídios de desemprego a todos aqueles que foram despedidos e, neste momento, são cerca de 3 mil ou 3500 a bater à porta todos os dias para pedir o subsídio de desemprego. Há aqui um conjunto de situações que vamos ter de ir acompanhando. Não vamos antever o que vai acontecer porque não sabemos. Por exemplo, as áreas mais atingidas da economia são a restauração e o turismo. Se me disser que, se calhar, há muitos restaurantes que não vão abrir lá para julho, pois não. E isso vai ser uma hecatombe. Mas é isso que vai acontecer? Ou será que muitas das microempresas com três ou quatro trabalhadores se vão aguentar? Não sei, é uma dúvida que temos de colocar, e essa é a nossa grande preocupação porque representam postos de trabalho. Em relação às empresas que recorrem ao *layoff*, a nossa expectativa é que, com os apoios que venham agora da Europa, isso também seja um balão de oxigénio para muitos milhares de empresas em

Portugal porque, mesmo em situações de *layoff*, podem não ter condições, ao fim de algum tempo, de reabrir.

A meta do Governo apontava para cerca de um milhão de trabalhadores nesta situação, mas em pouco mais de 20 dias estamos a atingir esse número...

Claro, esse é que é o problema, e por isso digo que temos de esperar para ver. E cada dia que passa, o Governo, os parceiros sociais têm de avaliar o impacto desta situação na economia. Costuma dizer-se “ou se é preso por ter cão ou preso por não ter”, mas quando um conjunto de personalidades suscitam a necessidade de gradualmente a economia retomar é precisamente para evitar os dramas que rapidamente se instalaram no país. O problema não é só de Portugal, mas Portugal é um país que tem problemas de recursos, depende muito das exportações, depende do consumo interno mas muito mais do fator exterior, depende do turismo, e se algumas destas áreas fundamentais estão paradas é evidente que vamos ter aqui um sofrimento nos próximos tempos. Ainda não conseguimos neste momento medi-lo.





O FMI prevê recessão de 8,0% e desemprego nos 13,9% em Portugal...
Muitos dos comentadores, especialistas e analistas dos assuntos económicos olham para esta situação com o mesmo olhar que costumam aplicar nas crises provocadas por má gestão, por políticas erradas dos Governos, que são verdadeiras crises económicas. Esta é uma crise económica cujos fatores, na origem, não estão relacionados com gestão de dinhei-

“A origem desta crise económica não está relacionada com a gestão de dinheiros públicos ou com políticas públicas”

“Se continuássemos parados mais um ou dois meses haveria consequências que nem sequer queremos antever”

ros públicos ou políticas públicas. Está relacionada com uma pandemia. Não estamos a falar de crise de *subprime* ou de uma bolha imobiliária; a razão de ser desta crise económica está relacionada com uma questão de saúde pública, sanitária. É preciso que o Conselho Europeu adote medidas que sejam solidárias com os países da União Europeia. Precisamos de apoio financeiro e há dinheiro na União Europeia, no BCE, e se esta é uma questão que não tem nada a ver com os políticos nem com as políticas, mas sim com uma crise de saúde, então tem de começar a decidir-se rapidamente e a abrir os cordões à bolsa para colocarem dinheiro na economia. Tem de haver uma injeção financeira na economia. Por exemplo, a Alemanha decidiu injetar na sua economia, para que haja uma retoma, um plano Marshall no valor de 750 mil milhões de euros; a União Europeia decidiu, num primeiro momento, disponibilizar 540 mil milhões de euros para os 27 Estados. Veja a diferença entre o que um país faz para impulsionar a retoma da economia, que é a mais poderosa da Europa, e o que faz a União Europeia ao nível dos 27. É preciso muito mais, e uma parte dessas verbas tem,

naturalmente, de vir a fundo perdido porque, se não há aqui culpados, tem de haver solidariedade europeia, e a solidariedade só se transforma numa coisa: resolver o problema com apoio financeiro. Chamem-lhe plano Marshall, plano Centeno ou um plano qualquer; importa é que haja disponibilidade financeira para acudir às empresas porque, ao acudir às empresas, também acodem às famílias e aos postos de trabalho.

E foi a pensar nisso que foi um dos 167 subscritores do manifesto a defender uma estratégia gradual de retoma da atividade económica?

Exatamente. Tem de se dar prioridade à retoma da economia, mas com cuidados. O primeiro-ministro já veio falar nisso. A carta não foi nenhuma crítica, até houve elogios ao Governo, à articulação entre o Presidente da República e o Governo e o presidente da Assembleia. A ideia era que a sociedade civil se mobilizasse no sentido de dizer que isto não pode estar parado. No nosso país, se continuasse parado mais um mês ou dois, haveria consequências que não queremos sequer antever. É nesse sentido que defendemos que, de uma forma gradual, vamos ter de retomar a economia, com

as devidas condições de sanidade, higiene e segurança dentro das empresas.

Mas é um processo lento...

Vai levar tanto tempo como o desejo dos portugueses de retomarem a normalidade. Não vai ser fácil. Há muita gente em sofrimento – não estávamos habituados a este confinamento, a estas regras de distanciamento social. As pessoas têm de ganhar confiança, tem de haver uma injeção maciça de confiança também pelas entidades políticas deste país. Os portugueses têm cumprido de uma forma excepcional as regras de confinamento, mas o fundamental é também percebermos o estado de espírito das pessoas. Isto, até psicologicamente, afeta não só quem trabalha como quem está reformado, em casa. A pouco e pouco, as coisas têm de ser desbravadas, e isso vai levar o seu tempo. Não podemos ficar em casa indefinidamente à espera que surja uma vacina.

Caso contrário, teríamos um efeito de bola de neve...

Sem dúvida. Se as empresas não forem apoiadas, não vão manter os postos de trabalho e encerram. Esse é o grande perigo disto tudo.

E Portugal já teve essa receita...

continua na página seguinte >>

>> continuação da página anterior

Exatamente. O nosso país e o nosso povo aprenderam muito entre 2008 e 2015: cortes de salários, cortes de complementos de pensões, cortes de pensões, despedimentos, desemprego a 17,5%, a emigração foi uma coisa louca. Portanto, não queremos uma receita igual. É nesse sentido que a Europa é fundamental para mitigar o esforço dos países da União Europeia, em particular do nosso país, que está na periferia e é mais frágil, com uma economia muito assente no turismo e nas exportações. O presidente da Confederação do Turismo de Portugal, Francisco Calheiros, já veio afirmar que só para julho é que, se calhar, a hotelaria começa a abrir. E vai haver menos gente nas praias por causa das questões do distanciamento social e, com isso, não se sabe muito bem como é que os cafés, os restaurantes e os bares das praias vão reagir, e já estão preocupados em relação a isso. Temos de fazer o que for possível fazer, e não há nenhuma receita. A receita é viver o dia-a-dia e tentando perceber que há sempre alguém que sofre e, desta vez, sofrem os empresários, sobretudo as PME, e os trabalhadores. A nossa preocupação é com uns e outros, não deixamos ninguém de lado.

Mas os dados não são animadores. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, em todo o mundo, poderão ser eliminados quase 25 milhões de empregos à boleia desta crise, atirando muitos outros para a precariedade....

Esta questão dos 25 milhões são expectativas que até podem pecar por excesso ou por defeito, não sabemos. Mas o que verificamos é que os EUA preparam um bilião de dólares para injetar na economia. O sr. Trump, apesar das suas loucuras que conhecemos, está muito preocupado com a situação económica do país, onde há milhões de desempregados todos os dias. É bom percebermos que há outras pessoas noutros Estados que estão preocupadas com países que têm superávite, o que é uma raridade, como é o caso da China. Também há aqui um problema económico que é quem estiver na mó de baixo pode sofrer intervenções económicas e financeiras da parte de outras economias que sejam mais robustas. Nesse sentido, julgo que o mundo está atento, porque o vírus não escolheu fronteiras, atacou todos por igual, e é nesse sentido que o movimento sindical europeu estranhou muito a demo-



ra da resposta da União Europeia. É inaceitável esta demora em tomar decisões, o problema dos países ricos e fundamentalistas, principalmente no norte da Europa, como a Holanda, a Finlândia, a Áustria, com os países do Sul – Portugal, Espanha, Itália e Grécia –, mas a verdade é que fomos todos afetados, e se os nórdicos pensavam que o vírus não entra-

“Se as empresas não forem apoiadas, não vão manter os postos de trabalho e encerram. Esse é o grande perigo”

“O IEFP já tem cerca de 337 mil desempregados, mas este número vai crescer muito mais”

va lá, enganaram-se. Não desejo mal a ninguém, mas o problema também entrou lá. Pensavam que podiam andar ao sol e a passear, mas chegou, e até com uma certa letalidade superior em relação à Europa do sul.

É de prever que a taxa de desemprego dispare em Portugal?

Já subiu. No IEFP há já cerca de 337 mil desempregados, mas vai crescer mais. Quando forem revelados os dados no início de maio, vamos conseguir verificar qual foi a subida do mês de abril. Nem quero adivinhar, mas estou convencido de que vai subir mais de 10 ou 15%. Já tivemos taxas de desemprego de 17,5% mas, no início do ano, estávamos nos 6,3 ou 6,5%. Ninguém estava à espera desta crise, foi inesperada, e por isso é que o Estado português vai ter de injetar o que for preciso injetar, tem de receber apoios externos, e já temos as agências de *rating* à perna. Temos de nos habituar a conviver com o coronavírus, temos de saber enfrentá-lo com as devidas precauções. **Disse várias vezes que a intervenção da ACT era importante neste fase. O seu papel está a ser cumprido?**

Chamámos a atenção do Governo, nomeadamente da ministra do Trabalho, que era fundamental reforçar os meios humanos da ACT para fazer a fiscalização. Mas depois viemos a verificar, através da própria ACT, que as entrevistas que estavam a ser feitas às empresas eram por telefone. Isso não é fiscalização nenhuma, pois quem responde é o patrão. Com tantas queixas que começaram a surgir de todos os lados e de todos os setores, tivemos de dizer ao Governo que era fundamental que se terminasse com isso. O problema é que os inspetores são pessoas como as outras e também estão em confinamento, e outros em teletrabalho. Tinha de ser o Governo a reforçar os seus meios humanos e foi buscar inspetores a outros serviços da administração pública. E com isso, não só a ACT como a ASAE, cada uma com as suas funções, vieram cobrir uma lacuna que estava a acontecer. Só pelo facto de a ACT ficar com poderes reforçados para sancionar empresas que estivessem a despedir e que podiam evitar despedimentos, veio logo o bastonário da Ordem dos Advogados dizer que isso poderia ser inconstitucio-



Carlos Silva recordou o que o país aprendeu com a austeridade entre 2008 e 2015: “Cortes salariais, cortes de complementos de pensões, cortes de pensões, despedimentos, desemprego a 17,5%, a emigração foi uma coisa louca. Portanto, não queremos uma receita igual”

nal. Respondi de imediato que não me interessava se era constitucional ou não, nem quero saber; quero é garantir, enquanto dirigente sindical, que os trabalhadores não sejam despedidos. Despedimentos abusivos, aproveitando de forma oportunista a crise que vivemos para pôr trabalhadores na rua, não é aceitável. E esse levantamento tem de ser feito, numa

“Aproveitar de forma oportunista a crise que vivemos para pôr trabalhadores na rua não é aceitável”

“No momento que o país vive, deixar os profissionais de saúde de fora dos aumentos foi uma estupidez”

primeira abordagem, pela ACT. Depois, era preciso reforçar trabalhadores e viaturas – o Governo colocou mais 80 inspetores na rua e só o facto de a ACT ver os seus poderes reforçados é dissuasor por si próprio. As empresas que despedirem ficam a saber que, se não forem pela dissuasão, mais dia, menos dia terão a ACT nas suas instalações para avaliar a justiça ou não do despedimento. Não digo que esse reforço tenha sido tardio, mas a verdade é que as empresas começaram a aproveitar muito cedo a oportunidade para porem na rua quem lhes dava jeito. Isso é inaceitável.

E acha que a ideia de teletrabalho veio para ficar nas empresas?

Há uma coisa de que temos consciência: o teletrabalho já estava previsto no Código do Trabalho, mas esta anormalidade da nossa vida social e laboral veio colocar o teletrabalho quase numa centralidade de trabalho à distância. Mas há uma coisa de que não tenho dúvidas: o teletrabalho leva as pessoas a trabalharem fora da empresa, e os abusos que eventualmente estejam a ser cometidos, mas de que não tenho conhecimento, dizem

respeito ao controlo dos horários e a outro tipo de situações. Julgo que a maior parte das empresas voltará a regressar ao trabalho presencial. Por exemplo, o sistema financeiro conta com 60 mil trabalhadores e, neste momento, todos ou quase todos os administrativos estão em casa, mas não vão continuar em teletrabalho até por uma questão de articulação, de rapidez e de proximidade. Também será uma questão gradual, mas julgo que o teletrabalho veio para ficar nalguns setores e nalgumas funções, e até por exigência do próprio trabalhador, desde que garanta o cumprimento das suas funções e que tenha os devidos instrumentos para poder funcionar.

Outra polémica diz respeito ao aumento da função pública com retroativos a janeiro e quando nem todos receberam...

Acho que foi um erro. Até lhe diria mais: as desculpas são esfarrapadas porque pecam pela incompetência. Deixar os profissionais de saúde para trás devido a um erro informático não é aceitável. Ou tocava a todos ou não tocava a ninguém. E no momento que o país vive, em que os profissionais de saúde estão na primeira linha do combate à pandemia, deixá-los de fora foi uma estupidez. Foi tão ridícula esta decisão do Ministério da Saúde: justificando-a com enganos informáticos mostra incompetência. Estes profissionais não mereciam isto. Espero que, para o próximo mês, a situação seja regularizada e que sejam pagos os salários com retroativos a janeiro, mas há uma coisa que já ninguém apaga: a incompetência e a estupidez sobre trabalhadores que, neste momento, estão a dar o seu melhor no combate à pandemia.

Mas Rui Rio diz que estes aumentos não deviam ter acontecido...

O que defendo é que não se devia ter deixado ninguém de fora. Era para todos. Agora, estar a penalizar uns por incompetência do Ministério da Saúde parece-me errado, com o devido respeito.

Em relação aos aumentos da função pública para 2021, o Governo não se compromete que avancem. Qual a posição da UGT?

Já transmiti a posição da UGT mais do que uma vez. Temos de perceber as consequências económicas no país para, quando chegarmos a outubro e conhecermos a proposta do Governo para o Orçamento do Estado, sabermos com que linhas nos cosemos. A administração pública tem uma negociação própria, que é feita pelos sindicatos. Não é a UGT que negocia os salários da admi-

nistração pública, só negociamos do ponto de vista macro na concertação social. Não vou precipitar-me. Quando chegar outubro, vamos ver o que vamos fazer, e essa gestão requer bom senso. Não vamos antecipar uma discussão antes de outubro ou novembro.

Para o ano há eleições para a UGT e já afastou a sua recandidatura. Depois disto tudo, poderá reconsiderar?

Para já, mantenho a mesma posição. Tenho de fazer um congresso da tendência socialista que estava programado mas, com esta situação, se calhar vai ter de ser adiado. Em última análise, se percebermos que estas coisas levam tempo e que é necessário mais tempo para ponderar, adio o congresso. Vamos, para já, manter o calendário. A minha vontade já foi expressa e ainda falta um ano para o próximo congresso, e daqui até lá, naturalmente, poderá haver ponderações e reflexões dos meus camaradas e até de mim próprio. Quero permitir-me dar em função do que está a acontecer, de perceber o que fazer. Tudo isto exige reflexão e ponderação, e sou uma pessoa ponderada. E também é preciso perceber quem são os potenciais candidatos, porque ninguém vai a votos sabendo que a incerteza faz parte do nosso futuro próximo. Estou convencido de que não temos hipótese de fazer o congresso da tendência socialista, não tenho condições de fazer por todas as razões que as pessoas compreendem. Como posso fazer um congresso com 300 ou 400 pessoas de tendência socialista se é necessário distância social? É preciso dar um passo de cada vez, com muita prudência. E não quero transformar isto num tabu, estou cá para ajudar a minha central sindical e os meus sindicatos. O que puder fazer, farei. Para já, não tenho uma mudança de atitude mas, até lá, temos de ponderar todos os prós e os contras. Independentemente de tudo o resto, quero preservar a unidade dentro da UGT e dos nossos sindicatos e, para isso ser preservado, não vou criar um ambiente que seja propício a haver divisões e a haver procura de outros candidatos. Isto vai ter de ser feito com muita serenidade e bom senso. Espero ter essa capacidade, nos próximos meses, de ir aguentando as hostes e, quando chegar outubro, logo veremos o que vamos fazer.

Por último, está em teletrabalho?

Vou uma vez por semana à UGT. Mas vou cumprindo a minha agenda. Já fui no início do mês a Belém e, na semana passada, fui ouvido pelo primeiro-ministro.